



## **EM BUSCA DA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA EM CONTEXTOS METROPOLITANOS: A EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE**

**LUCIA CAMARGOS MELCHORS<sup>1</sup>**

**Resumo:** As aglomerações metropolitanas atuais são marcadas por questões que extrapolam as fronteiras municipais e por dinâmicas cada vez mais complexas entre as cidades. Nesse contexto, é preciso debater sobre os arranjos metropolitanos e os instrumentos que norteiam a gestão e o planejamento dessas áreas. Discute-se como arranjos de governança metropolitana podem instituir, a partir de seus instrumentos de planejamento e gestão, canais de interlocução entre os diversos agentes. Analisa-se a experiência de Belo Horizonte, exemplo aclamado pela ampliação dos agentes envolvidos nesses processos. O caso estudado ajuda a identificar avanços e entraves na construção da governança metropolitana participativa.

**Palavras-chave:** arranjos metropolitanos; governança participativa; região metropolitana de Belo Horizonte.

**Abstract:** Nowadays, the metropolitan agglomerations are marked by issues that go beyond municipal boundaries and by increasingly complex arrangements between cities. In this context, it is necessary to discuss the metropolitan arrangements and the instruments that guide the management and planning of these areas. This paper aims to discuss how metropolitan governance arrangements can establish, through their planning and management tools, channels of communication between multiple agents. The experience of Belo Horizonte is here analyzed, as an acclaimed example for the increase of agents involved in these processes. This case study helps to identify advances and obstacles in the construction of a participatory metropolitan governance.

**Keywords:** Metropolitan arrangements; Participatory governance; Metropolitan region of Belo Horizonte

### **1 – Introdução**

As aglomerações metropolitanas são, hoje, protagonistas do cenário urbano. Nas últimas décadas, essas sofreram intensas transformações visto a progressiva e generalizada ampliação mundial do espaço de acumulação (Globalização) (MAGALHÃES, 2008; SOARES; SCHNEIDER, 2012). Ampliaram-se as relações de interdependência entre as distintas escalas territoriais de poder (metropolitana, nacional, internacional) e as grandes aglomerações tornaram-se "nós" de uma rede global cada vez mais densa e internacionalizada (SASSEN, 1998; SCOTT, 2001).

Ao mesmo tempo, muitas das questões urbanas que atingem as aglomerações metropolitanas atuais (transporte, habitação, abastecimento de água, tratamento de esgotos) extrapolam a escala municipal e demandam soluções

---

1 - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail de contato: [luciacmelchiors@gmail.com](mailto:luciacmelchiors@gmail.com)



integradas regionalmente a fim de permitir a adequada prestação de serviços e de garantir o bem-estar da população que ali vive.

Porém, a integração na gestão e no planejamento metropolitano demandam uma construção coletiva capaz de articular interesses e forças de diferentes agentes que intervêm na construção destes espaços. Quais caminhos ou alternativas são possíveis para se construir mecanismos que proporcionem um maior envolvimento dos diversos agentes no planejamento e na gestão metropolitana? Como buscar novas arenas participativas através dos instrumentos de planejamento e gestão?

Busca-se discutir como arranjos de governança metropolitana instituíram, a partir de instrumentos de planejamento e gestão, canais de interlocução entre os diversos agentes. Analisa-se, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, a experiência de Belo Horizonte estudando-se o arranjo de governança metropolitana e o processo de elaboração do plano metropolitano, exemplos aclamados pela ampliação da articulação dos agentes envolvidos nos processos.

## **2 – Gestão, planejamento e governança metropolitana**

A integração metropolitana do planejamento e da gestão podem trazer vantagens econômicas, sociais, políticas e ambientais (MCGEE, 2010; LEFEVRE, 2005; FEIOCK, 2004). Porém, para que ocorram é necessário a construção da noção de colaboração entre os múltiplos agentes, capacitando-os em prol de ações coletivas (KLINK, 2005; GARSON, 2009).

Nas últimas décadas, frente à retração do Estado promovida pelas políticas neoliberais e diante das crescentes dificuldades desse em lidar com os problemas urbanos, visto suas instituições enfraquecidas, o conceito de governança passou a ser amplamente discutido. Distinguem-se correntes que o adotam enfatizando a eficiência e a efetividade governamental e outras que focalizam abordagens com potencial democrático (FREY, 2007), perspectiva aqui defendida.

O conceito de governança metropolitana relaciona-se às ferramentas, mecanismos, instrumentos e ordenamentos que possibilitam o desenvolvimento de ações coletivas capazes de resolver problemas e contribuir para o desenvolvimento desses territórios (GARSON, 2009). Entende-se o termo a partir de abordagens que adotam a noção de uma gestão compartilhada, caracterizada por um maior grau de



cooperação; incluindo não apenas o Estado, mas priorizando o envolvimento de uma multiplicidade de agentes, entre esses os não governamentais (FEIOCK, 2004; SANCHEZ, 2005; FREY; BARCELLOS, 2011). A governança metropolitana é, segundo Lefevre (2005), uma forma de se fazer política focada na negociação, participação e na flexibilidade de construção de novas estruturas de gestão.

Existem múltiplas possibilidades de composição dos arranjos de governança metropolitana. Não há um modelo único e ótimo. Porém, ao longo da história, os modelos sofreram mudanças e hoje buscam maior articulação e integração entre as escalas e os agentes envolvidos nas questões comuns do território metropolitano.

A criação de arranjos de governança que englobem maior número de agentes é defendida por diversos autores (KLINK, 2005; LEFEVRE, 2009; YARO; RONDEROS, 2011; RANDOLPH, 2017). A ampliação dos envolvidos na gestão acarreta em melhora do controle social, do desenvolvimento da democracia e pode permitir políticas públicas mais fortes e eficazes. Contribuir, ainda, para a criação de arranjos mais versáteis e flexíveis, aptos à lidar com as mudanças econômicas, sociais e políticas atuais (YARO; RONDEROS, 2011).

### **3 – Governança metropolitana participativa**

A noção de governança participativa (participatory governance) segue uma visão emancipatória e democrática que é defendida por diferentes autores (FREY, 2007; GROTE, 2013). Essa salienta a importância de experimentos que propiciam o envolvimento de mais e/ ou novos canais de participação e parcerias que contribuam para novas formas democráticas de interação na gestão do território<sup>2</sup> (FREY, 2007; GROTE, 2013).

Randolph (2017) salienta que a presença da sociedade civil na gestão deve acontecer não apenas como participação, mas também nos processos de articulação política, gerando novas “perspectivas sociais” de governança que ultrapassam o monopólio das posições de poder; incluem a sociedade civil e ampliam a permeabilidade do sistema político por meio de novas arenas participativas.

---

<sup>2</sup> Outras terminologias são adotadas para expressar, de forma similar, a interação no ato de governar – "governança interativa" (ver FREY, 2007; KOOIMAN, et al, 2008) ou "governança neogramsciana" (ver RANDOLPH, 2017).



Para tanto, é necessário habilitar e motivar a sociedade civil e os agentes públicos a se envolverem efetivamente nos arranjos de governança, dificuldade encontrada em diversos casos estudados por Speer (2012). O governos devem, assim, não mais apenas solucionar problemas, mas enfrentar os desafios de criar condições favoráveis para que as interações entre os diversos agentes aconteçam (FREY, 2007; KOOIMAN, et al, 2008).

Em sistemas que proporcionam a interação com a sociedade, diversos podem ser os mecanismos adotados. Stewart (2007) discute as "regras do jogo" em relação à participação nos arranjos de governança e lista múltiplos mecanismos. O autor salienta que a utilização desses varia conforme a experiência e o grau de organização do governo e dos cidadãos, podendo criar vantagens e desvantagens para os "jogadores" que demandam, conforme sua capacitação, a utilização de uns mecanismos em detrimento de outros. Considerando-se que exista algum grau de participação na governança esta pode ocorrer, segundo Stewart (2007), a partir de três abordagens: a) **informativas**: não fornecem canais de retorno, opiniões/comentários dos cidadãos (propagandas, reuniões públicas de perguntas e respostas); b) **consultivas**: fornecem vias formais de acesso dos cidadãos nas tomadas de decisão (pesquisas, plebiscitos, pesquisas com grupos focais, fórum com partes interessadas, website interativo); c) **delegativas / processos de empoderamento para colaboração e deliberação**: permitem que os cidadãos tomem decisões sobre as políticas (referendum, círculos de estudos, assembleias de cidadãos, orçamento participativo).

Diversos autores assinalam às dificuldades de se alcançar a participação na escala metropolitana (DAHL; TUFTE, 1973; FREY, 2007; PICKERING; MINNERY, 2012). A ampliação da escala implica no aumento da complexidade, pois há a necessidade de articular uma multiplicidade de interesses envolvidos e criar estruturas capazes de lidar os processos. Pickering e Minnery (2012) estudam a participação metropolitana e assinalam algumas questões fundamentais a serem consideradas nesta escala: a) **o tamanho da população e a questão relacionada às estruturas de participação** (o aumento da população demanda participação de forma representativa); b) **os recursos necessários** (a participação pública na



escala metropolitana demanda significativos recursos – tempo, monetários, comprometimento e capacidade institucional – visto que deve ocorrer no maior número possível de etapas possível); c) **as assimetrias de poder** (na escala metropolitana as desigualdades de poder podem ser consideráveis, grandes empresas e agentes econômicos podem atuar para representar seus interesses, criando assimetrias de poder e processos de consulta podem ser voltados a grupos com interesses mais amplos que os interesses internos às áreas metropolitanas).

Considerando-se as dificuldades de inserção da sociedade nos processos de tomada de decisão na escala metropolitana, cabe estudar exemplos que a incluem, na tentativa de contribuir com outras realidades regionais.

#### **4 – Em busca da governança metropolitana participativa: a experiência da Região Metropolitana de Belo Horizonte**

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é formada por 34 municípios, engloba uma área territorial de 9.472,6 km<sup>2</sup>, e possuía, em 2010, 4.358.171 habitantes, com 98,12% vivendo em áreas urbanas (IPEA, 2015). Existe uma variação considerável entre o tamanho e o peso econômico dos municípios que formam a área (Belo Horizonte tem 2.375.151 habitantes, 48% da população metropolitana, enquanto Taquaraçu de Minas possui apenas 3.794 hab.). Além dos municípios que integram oficialmente a região metropolitana há um colar metropolitano que envolve municípios afetados pelo processo de metropolização.

Desde 2006, existe um arranjo de governança que envolve instâncias governamentais (do executivo e legislativo) e membros da sociedade civil. O modelo de gestão da RMBH é estruturado a partir da legislação estadual e formado por três órgãos: Assembleia Metropolitana; Agência de Desenvolvimento Metropolitano e o Conselho Deliberativo Metropolitano (ver Figura 1 a seguir). Entre os instrumentos de planejamento metropolitano a RMBH possui: Fundo de Desenvolvimento Metropolitano, Comitês Técnicos e Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI-RMBH).

A Assembleia Metropolitana é a instância decisória superior da RMBH à qual compete definir macrodiretrizes do planejamento global da região e vetar resoluções do Conselho Deliberativo. É composta por 73 membros – 34 prefeitos e presidentes



de câmaras municipais, 04 secretários de estado e 01 representante do Legislativo Estadual. O governo do Estado tem 50% dos votos da Assembleia, ainda que a participação de seus representantes seja inferior à metade (MENDONÇA, 2013).

**Figura 1** – Arranjo institucional da região metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: Portal RMBH; IPEA, 2015. Elaborado pela autora.

O Conselho Deliberativo é a instância colegiada que aprova, acompanha e avalia a execução do PDDI, estabelece diretrizes e prioridades e delibera sobre a destinação dos recursos do fundo metropolitano. É composto por 16 membros – 07 do Estado, 07 de municípios e 02 da sociedade civil, eleitos a cada dois anos. Embora a participação da sociedade civil no Conselho seja reduzida (12,5% dos membros), representa um avanço na realidade brasileira, pois poucos conselhos de âmbito metropolitano incorporam esses representantes na esfera deliberativa. Agência de Desenvolvimento é um órgão técnico e executivo responsável pela implantação do PDDI-RMBH, suas Políticas, Programas e Projetos.

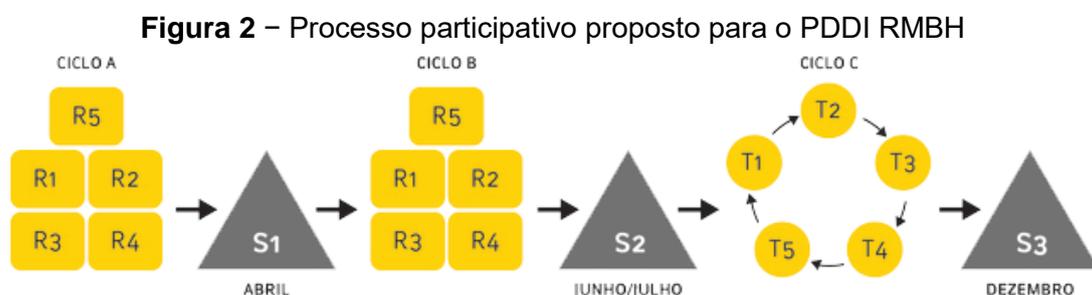
A criação desse modelo de governança da RMBH incentivou a organização informal de outros agentes interessados nas questões metropolitanas, como o Colegiado Metropolitano e a Frente pela Cidadania Metropolitana. Magela (2012) e Mendonça (2013) assinalam que a partir da Conferência Metropolitana de 2007, que elegeu os primeiros representantes da sociedade civil no Conselho Deliberativo, houve uma expressiva insatisfação com o reduzido espaço destinado à sociedade. Originou-se, assim, o Colegiado Metropolitano, grupo que passou, informalmente, a dar suporte aos representantes da sociedade civil eleitos para o Conselho



Deliberativo (MENDONÇA, 2013). A Frente pela Cidadania Metropolitana, cujo objetivo é construir uma cidadania metropolitana e criar uma mobilização que influa no planejamento e na política metropolitana, foi formada durante a elaboração do PDDI por um grupo de indivíduos (não é institucionalizada e não tem expressão jurídica) que se organizou de forma autônoma para promover seminários sobre temas específicos relacionados ao plano (MENDONÇA, 2013).

O PDDI-RMBH foi elaborado entre os anos de 2009 e 2011 com um processo participativo que entendeu o planejamento como um ato compartilhado e que busca *"formas de organização social que privilegiem as diversidades e a construção de processos sociais emancipatórios"* (UFMG/PUC-MINAS/UEMG, 2011, p.5). O plano foi coordenado pela Universidade Federal de Minas Gerais, associada a outras duas universidades<sup>3</sup>, e envolveu governo e membros da sociedade civil.

O portal Plano Metropolitano RMBH apresenta o processo participativo proposto para a elaboração do plano no qual a sociedade civil foi incluída em diversas fases, participando em três ciclos de debates públicos (A, B e C), cada um formado por cinco oficinas e culminando em um seminário. (Figura 2)



Fonte: Portal Plano Metropolitano RMBH ([www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br)). Elaborado pela autora.

Os ciclos A e B foram organizados regionalmente a partir de oficinas realizadas em diferentes cidades e com os municípios agrupados em cinco micro-regiões. O ciclo C teve as reuniões realizadas em Belo Horizonte e tratou de temas específicos. O seminário final não foi realizado por razões políticas, devido à troca do governo estadual<sup>4</sup>. O processo participativo de elaboração do PDDI envolveu

<sup>3</sup> PUC-Minas e Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

<sup>4</sup> Segundo Mendonça (2013, p.13), o novo governador, embora vice da gestão anterior, suspendeu as discussões públicas entendendo *"que a nova equipe de governo deveria conhecer as propostas do plano, antes da discussão pública [...] o plano foi concluído sem que os participantes da sociedade civil conhecessem as proposições sistematizadas"*.



diversos agentes em diferentes eventos durante oito meses. No total foram realizadas 15 oficinas, compondo os 3 ciclos de debates. Segundo o relatório final do PDDI:

envolveu mais de 3.000 participantes, distribuídos entre 610 organismos e/ou entidades, sendo 61 do Poder Público Estadual, 241 do Poder Público Municipal (Executivo e Legislativo, sendo 55 vereadores) e 308 da Sociedade Civil organizada (UFMG/PUC-MINAS/UEMG, 2011, p. 46).

O exame dos participantes envolvidos nas discussões do plano metropolitano evidencia *"forte participação não formalizada da sociedade civil e ausência dos atores econômicos nas instâncias colegiadas e audiências públicas"* (NUNES, 2016, p. 31). A análise detalhada do processo participativo do PDDI pode ser observada na Tabela 1. Vê-se que os mecanismos participativos envolveram instâncias informativas (divulgação da metodologia, acompanhamento do plano), consultivas e apontam uso de processos de empoderamento da população para colaboração (debates e oficinas), representando avanços à realidade brasileira.

**Tabela 1** – Detalhamento do processo participativo adotado na elaboração do PDDI-RMBH

Método	Detalhamento
Ciclo (A) debates públicos	(Fev-Mar/2010) - Realizado em 05 oficinas regionais com público dividido em grupos de discussões para expor, debater perspectivas, proposições e formular o diagnóstico da RMBH. Na média total a representatividade foi equilibrada - sociedade civil (37%) e poder público (39%). As cinco oficinas regionais foram: Nova Lima - 01 reunião: representantes da sociedade civil (5%), gestores e equipe técnica (95%). Incluiu as cidades de Baldim, Belo Horizonte, Brumadinho, Contagem, Nova Lima, Nova União, Raposos e Rio Acima Sarzedo - 01 reunião com 121 representantes: sociedade civil (27%), poderes Executivo e Legislativo (62%). Incluiu as cidades de Betim, Ibirité, Itaquaraçu, Mário Campos, Rio Manso, São Joaquim de Bicas e Sarzedo. Brumadinho - 01 reunião 99 representantes: sociedade civil (54%), gestores públicos municipais (28%), equipe técnica (18%). Incluiu: Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Contagem, Nova Lima, Sabará, Santa Luzia, Ribeirão das Neves e Vespasiano Ribeirão das Neves - 01 reunião com 50 representantes: sociedade civil (47%), gestores públicos (33%), equipe técnica (20%). Incluiu: Baldim, Capim Branco, Esmeraldas, Jaboticatubas, Lagoa Santa, Matozinhos, Pedro Leopoldo, Santa Luzia, São José da Lapa, Vespasiano e Ribeirão das Neves. Juatuba - 01 reunião com 48 representantes: sociedade civil (27%), gestores públicos (48%), equipe técnica (25%). Todas as cidades - Betim, Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Juatuba e Mateus Leme – foram representadas. Encontros Abertos - foram realizados (abril/2010) três encontros abertos e uma conferência internacional para fortalecer os debates do ciclo de oficinas e discutir, de forma mais dirigida, áreas temáticas que compõem o PDDI.
Seminário Estrutura	(29/04/2010) - apresentou informações e conclusões dos eventos anteriores e dos estudos temáticos do plano. Cerca de 400 pessoas participaram do debate: sociedade



dor 1	civil (33%), poderes públicos estadual e municipais (35%) e equipe técnica (32%).
Ciclo (B) debates públicos	(Mai-Jun/2010) - Levantou propostas para o PDDI. Foram realizadas 05 oficinas regionais e, que, na média, tiveram representatividade equilibrada dos participantes - sociedade civil (43%), poder público (39%). As oficinas regionais foram:  Raposos - 01 reunião com 82 representantes: sociedade civil (33%), gestores públicos (38%), equipe técnica (29%). Incluiu as cidades de Taguaçu de Minas, Nova União, Caeté, Rio Acima, Nova Lima, Baldim e Jabotucatu, além do município anfitrião. A maioria dos municípios esteve representada, a exceções de Baldim e Jabotucatu.  Ibirité - 01 reunião com 98 representantes: sociedade civil (47%), gestores públicos (40%), equipe técnica (13%). Incluiu as cidades de Itaguara, Itatiaçu, Mário Campos, Sarzedo, São Joaquim de Bicas, Rio Manso e Betim.  Contagem - 01 reunião com 79 representantes: sociedade civil (45%), gestores públicos (42%), equipe técnica (13%). Incluiu: Belo Horizonte, Brumadinho, Sabará, Contagem, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Betim e Vespasiano.  Esmeraldas - 01 reunião com 44 representantes: sociedade civil (25%), gestores públicos (25%), equipe técnica (36%). Incluiu: Florestal, Iguarapé, Juatuba, Mateus Leme e Betim.  Lagoa Santa - 01 reunião com 85 representantes: sociedade civil (54%), gestores públicos (35%), equipe técnica (11%).
Seminário Estrutura dor 2	Realizado em dois dias (30/06/2010 e 01/07/2010) - Deu início a proposição de políticas. Cerca de 400 cidadãos participaram e debateram as propostas elaboradas a partir dos estudos técnicos e das informações coletadas nos ciclos A e B, com o propósito de (re)definir políticas, programas e projetos que integram o PDDI-RMBH. A participação foi: sociedade civil (43%), gestores públicos (39%), equipe técnica (18%).
Ciclo (C) debates públicos	(Set-Out/2010) - Cada oficina discutiu as políticas de um dos eixos temáticos: Urbanidade, Segurança, Acessibilidade e Sustentabilidade. A última reunião discutiu as Dimensões Estruturantes (Territorialidade e Institucionalidade) e suas respectivas políticas. As oficinas foram divididas em: 1- apresentação das propostas e da dinâmica de elaboração do Plano; 2- discussão individual das políticas, com o público participando do grupo do qual tinha maior interesse; 3- exposição das questões levantadas em cada grupo. A participação, na média, foi: sociedade civil (32%), gestores públicos (23%), equipe técnica (45%).

Fonte: Portal Plano Metropolitano RMBH ([www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br)). Elaborado pela autora, 2017.

Apesar do esforço de criar um modelo que permita uma articulação entre governo, sociedade civil e universidades, vê-se que o número de participantes envolvidos nos eventos é extremamente baixo em relação à totalidade da população que integra a RMBH (menos de 0,07% da população metropolitana). Portanto, mesmo existindo canais de articulação é preciso superar dificuldades para engajar a população a atuar nesses processos. Por outro lado a presença dos gestores públicos municipais na maioria dos debates realizados durante este período pode representar um avanço na construção da colaboração desses nos processos de planejamento e gestão do território metropolitano.

Mendonça (2013) analisa a RMBH e sinaliza a existência de três tipos de participação da sociedade: a institucionalizada-organizada, a institucionalizada-



espontânea e a autônoma. A **participação institucionalizada-organizada** ocorre através da representação no Conselho Deliberativo Metropolitano, cujas reuniões são organizadas e coordenadas pelo governo, e no Colegiado Metropolitano, ambas representações limitadas e em parte controladas pelo governo (MENDONÇA, 2013). Ao mesmo tempo, o Colegiado tem o consenso como princípio de decisão, o que expurga os conflitos das discussões, visto que a representação social desse é muito ampla (setores populares à empresários) e se reduz o espectro de temas acordados (MENDONÇA, 2013).

A **participação institucionalizada-espontânea** ocorre nos processos de discussão pública de planos e projetos. Este foi o modelo adotado no PDDI cuja participação era institucionalizada (organizada e controlada pelo governo) e também espontânea. Durante sua elaboração, uma equipe de mobilização visitava os municípios e identificava líderes populares convidando-as para as oficinas, mas a maior parte dos cidadãos participava de forma individual, ocasional e não necessariamente continuada (iam na oficina de seu município, mas não participavam das realizadas em outros) (MENDONÇA, 2013).

A **participação autônoma** é observada na Frente pela Cidadania Metropolitana, organização autônoma em relação ao processo institucional, mas que inclui entre seus participantes membros do Colegiado Metropolitano, facilitando a disseminação de informações (MENDONÇA, 2013, p.11).

Vê-se que embora existam avanços em relação ao modelo participativo proposto alguns canais institucionalizados são submetidos ao controle do Estado. Por outro lado, a formação de arranjos autônomos e o fortalecimento da representação da sociedade podem contribuir para o fortalecimento de processos mais significativos de governança participativa, funcionando como instâncias ativas de controle social das ações de planejamento e gestão (MAGELA, 2012).

## **5 — Considerações Finais:**

Discutiu-se a importância da governança metropolitana participativa e estudou-se a experiência da região metropolitana de Belo Horizonte. Defende-se que é necessário formatar também na escala metropolitana arranjos e processos de



planejamento que envolvam uma ampliação dos agentes envolvidos, incluindo a participação da sociedade civil.

A realidade de Belo Horizonte assinala um progresso na construção da cidadania, visto que permite uma maior abertura nos processos de gestão e planejamento. A legislação estadual teve papel importante na formação de um arranjo de governança que ampliou o número de agentes. Em consequência, o novo modelo de gestão acarretou na articulação de novos membros da sociedade, avançando pela participação de instâncias mobilizadas (como o Colegiado Metropolitano e a Frente pela Cidadania Metropolitana). Vê-se, porém, que há um amplo caminho a ser percorrido para mobilizar a população em geral a se envolver nos processos de planejamento e gestão, visto à baixa adesão desta observada na elaboração do PDDI. Ao mesmo tempo, o processo participativo institucionalizado adotado, sob o controle do Estado, evidencia fragilidades, visto que foi interrompido em alguns momentos atendendo aos interesses políticos.

Longe de pretender concluir, espera-se contribuir para a construção de canais de interlocução entre os diversos agentes na escala metropolitana, na busca de novas arenas participativas.

## **6 – Referências Bibliográficas:**

- DAHL; R. A.; TUFTE, E. R. **Size and democracy**. Stanford University Press, 1973
- FEIOCK, R. **Metropolitan Governance: Conflict, Competition, and Cooperation**. Georgetown University Press, 2004.
- FREY, K. . Governança Urbana e Participação Pública. **RAC-Eletrônica**, v. 1, n. 1, art. 9, p. 136-150, Jan./Abr. 2007.
- FREY; K.; BARCELLOS, Z. R. Parâmetros para a análise comparativa de experiências de governança metropolitana. **Encontro Nacional da ANPUR**, v. XIV, p. 1-20, 2011.
- GARSON, S. . **Regiões Metropolitanas: por que não cooperam?** Rio de Janeiro: Letra Capital, Editora; Belo Horizonte, PUC, 2009.
- GROTE, J. . Participatory Governance Reloaded: The Horizontalist Expectation. In: BJORN, E.; HAUS, M.; TERIZAKIS, G. (Org.) **Regieren. Festschrift für Hubert Heinelt**. Wiesbaden, Springer VS: 75-98, 2013.
- IPEA. Relatório de Pesquisa. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana**. 2015.
- KLINK, J. . Perspectivas recientes sobre la organización metropolitana: funciones y gobernabilidad. In: ROJAS, E.; CUADRADO-ROURA, J. R.; GÜELL, J. M. F. (Ed). **Gobernar las metrópolis**. Washington D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo; Universidad de Alcalá de Henares, 2005. p. 127-191
- KOOIMAN, J. . et al. Interactive Governance and Governability: An Introduction. **The Journal of Transdisciplinary Environmental Studies**, vol. 7, n. 1, 2008.



- LEFEVRE, C. Governabilidade democrática de las áreas metropolitanas. Experiencias y lecciones internacionales para las ciudades latinoamericanas. In: ROJAS, E.; CUADRADO\_ROURA, J.; GUELL, J. M. F. . **Governar las metropoles**. Banco Interamericano de Desarrollo-Universidad de Alcalá, Washington D.C., 2005.
- MAGALHÃES, F. N. C. Da metrópole à cidade-região: na direção de um novo arranjo espacial metropolitano? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)**, v. 10 n.2, p. 9-27, 2008.
- MAGELA, G. C. The (im)possibility of planning and governance at a metropolitan geographic scale as a means for social change: the case of Belo Horizonte, Brazil. **15th International Planning History Society Conference**. São Paulo, 2012.
- MCGEE, T. Construindo a governança colaborativa para regiões metropolitanas: comparando China e Brasil. In: KLINK, J. **Governança das Metrôpoles: conceitos, experiências e perspectivas**. São Paulo: Annablume, 2010.
- MENDONÇA, J. G.. As possibilidades do planejamento participativo no nível metropolitano. In: **XV Encontro Nacional da ANPUR**, p. 1-14, 2013.
- NUNES, L. H. C. . Governança Metropolitana: a permeabilidade dos arranjos institucionais de gestão metropolitana às organizações societárias. Estudo de caso das RMs de Belo Horizonte, Campinas, SP e Maringá, PR. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 26, ano 7, p. 25-33, 2016.
- Portal Plano Metropolitano**. Acessado em Jun 2017. <http://www.rmbh.org.br>.
- RANDOLPH, R. . Política, planejamento e governança do desenvolvimento regional - quo vadis? **Revista REDES**, v. 22, n. 1 (2017), JAN/ABR. 2017; p. 218-239, <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8646>
- SÁNCHEZ, J. . ¿Qué gobernabilidad? Sistematizar las condiciones de formación metropolitana para abordar las dificultades de comparación de regiones metropolitanas. Reflexión desde Barcelona, In: MATTOS, Carlos, et al. **Gobernanzas, Competitividad y Redes: La gestión de las ciudades del siglo XXI**, Colección Rideal – Eure Libros, 2005.
- SASSEN, S. Ciudades en la economía global: enfoques teóricos y metodológicos. **Eure** (Santiago), v. XXIV, nº71, pp. 5-25, marzo 1998.
- SCOTT, A. J.; AGNEW, J; SOJA, E. W. e STORPER, M. Cidades-regiões globais. Espaço & debates - **Revistas de Estudos Regionais e Urbanos**, ano XVII, no 41 (Aliança e Competição entre cidades). São Paulo: 2001.
- SOARES, P. R. R.; SCHNEIDER, L. . Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n.39, p.113-128, jul. 2012.
- SPEER, J. . Participatory Governance Reform: A Good Strategy for Increasing Government Responsiveness and Improving Public Services? **World Development**, Vol. 40, No. 12, pp. 2379–2398, 2012.
- STEWART, K. . Write the Rules and Win: Understanding Citizen Participation Game Dynamics. **Public Administration Review**, n.67, p. 1067–1076, nov/ dez. 2007.
- UFMG/PUC-MINAS/UEMG. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado: Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários. Vol. 1, 2011.
- YARO, R. ; RONDEROS, N. . **International Metropolitan Government: Typology, Cases and Recommendations**. The World Bank Group and Regional Plan Association: Colombia Urbanization Review, 2011.